

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

12 de Janeiro de 2009. — O Juiz de Direito, *Eduardo de Sousa Paiva*. — O Oficial de Justiça, *Maria Antónia Senhorinho*.

301395714

Anúncio (extracto) n.º 1777/2009

Processo n.º 1086/08.5TBLSLV — Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)

No Tribunal Judicial de Silves, 2.º Juízo, no dia 14 de Janeiro de 2009, pelas 16 Horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: Scott Sports Management, L.ª, número de identificação fiscal 508589142, com sede em Vivenda Matinho, Vale de Lousas, 8365 Alcantarilha.

Para administrador da insolvência é nomeado Florentino Matos Luís, residente em Av.ª Almirante Gago Coutinho, 48-A, 1700-031 Lisboa.

Foi fixada residência ao gerente Andrew Neil Scott em 87 Meadowbank Road Hull, Hu 3 6XN, Inglaterra, e ao gerente Scott James Ashcroft na Vivenda Matinho, Vale de Lousas, em Alcantarilha.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida, ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE e que o respectivo prazo de 5 dias só começa a correr finda a dilação dos éditos, conta-se a partir da data de publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

16 de Janeiro de 2009. — A Juíza de Direito, *Helena Cabrita*. — O Oficial de Justiça, *Maria Antónia Senhorinho*.

301395909

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE TORRES NOVAS

Anúncio n.º 1778/2009

Processo n.º 12/09.9TBTVN — Insolvência de pessoa singular (apresentação)

Insolvente: Manuel Mendes e outro(s).

Credor: Câmara Municipal de Torres Novas e outro(s).

No Tribunal Judicial de Torres Novas, 2.º Juízo de Torres Novas, no dia 7 de Janeiro de 2009, às 18H30, foi proferida sentença de declaração de insolvência dos devedores:

Manuel Mendes, estado civil: casado, endereço: Casal do Tocha, Riachos, 2350-000 Riachos.

Gisela Alice Marcelle Bertault, estado civil: casado, endereço: Casal do Tocha, Riachos, 2350-000 Riachos, com domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio:

Luís Miguel Duque Carreira, endereço: Rua Gen. Trindade, Apartado 20, 2485-135 Mira de Aire.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter plano ou limitado [alínea i) do artigo 36.º — CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 23 de Abril de 2009, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

11 de Fevereiro de 2009. — O Juiz de Direito, *Nuno Fernando Sá Couto Martins da Cunha*. — O Oficial de Justiça (*Assinatura ilegível*).

301396913

Anúncio n.º 1779/2009

Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 1404/08.6TBTVN

Requerente: Maria Albertina Vieira Lopes Ferreira de Freitas

Insolvente: Ars Trading — Comércio e Indústria de Vestuário, S. A.

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Torres Novas, 2.º Juízo de Torres Novas, no dia 07-01-2009, pelas 19 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Ars Trading — Comércio e Indústria de Vestuário, S. A., NIF 503522910, Endereço: Rua Dr. Guimarães Amora, 2350-000 Torres Novas, com sede na morada indicada.

Ao administradores do devedor é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr. Luís Miguel Duque Carreira, Endereço: Rua Gen. Trindade, Apartado 20, 2485-135 Mira de Aire.